

A Constituição sobre a Sagrada Liturgia

INTRODUÇÃO

Concílio Ecuménico é a assembleia dos bispos de todo o orbe católico, convocada pelo Papa para tratar de assuntos de toda a Igreja.

Contando com o último, foram 20 os concílios ecuménicos realizados através da história da Igreja.

Um concílio tira o nome do lugar onde se realiza. Este último foi o 2.º do Vaticano, porque os bispos se reuniram na Basílica do Vaticano, onde também se realizou o XIX concílio ecuménico, o 1.º do Vaticano, de 1869-1870.

Este foi anunciado pelo Papa João XXIII, em Roma, na Basílica de S. Paulo extra-muros, em 25 de Janeiro de 1959. Palavras textuais: «Consideramos como uma inspiração do Altíssimo o pensamento de convocar um concílio ecuménico» (Cónego Vaz Pinto em *O Concílio e a Sagrada Liturgia*, pág. 16).

O CONCÍLIO

João XXIII começou imediatamente o trabalho de preparação. Logo em 17 de Maio seguinte (1959) anunciava a nomeação da Comissão Preparatória. Esta solicitou aos bispos de toda a Igreja, aos superiores religiosos e até às Universidades católicas pareceres e sugestões sobre os temas a tratar no Concílio. Foram para cima de 2 000 respostas, que formaram 16 volumes in 4.º, num total de 10 045 páginas (H. Schmidt, *La Constitution de la Sainte Liturgie*, pág. 67).

Seleccionados os assuntos, de 5 de Junho de 1960 a 21 de Setembro de 1961, foi então constituída uma Comissão Preparatória unicamente para a Liturgia, comissão deliberadamente internacional e na sua maior parte formada por especialistas. Esta foi ainda ramificada em 13 sub-comissões.

Entretanto, o Papa anunciava, em 25 de Dezembro de 1961, que o Concílio seria convocado para o ano seguinte: 1962. Em 20 de Fevereiro deste ano marcava-lhe a abertura para 11 de Outubro seguinte.

E assim aconteceu. Esta 1.^a sessão iria até 8 de Dezembro (1962).

Iniciado o Concílio, eram apresentados 7 esquemas aos Padres-conciliares. Assuntos: 1) Fontes da revelação; 2) Conservação do tesouro da Fé; 3) A moral cristã; 4) A castidade, a família e a virgindade; 5) A Santa Liturgia; 6) Meios de comunicação social; 7) A unidade da Igreja (H. Schmidt, op. cit. pág. 74).

Por onde começar?

Logo na 2.^a congregação geral, em 16 de Outubro, resolveram os Padres começar pela Liturgia. Além de outras razões, era o esquema mais bem feito e que melhores condições apresentava para ser discutido.

Na 3.^a congregação geral, em 20 de Outubro, foi apresentada a Comissão Conciliar de Liturgia, composta de 16 membros eleitos pelos Padres e mais 8 nomeados pelo Papa. Presidia o Cardeal Larraona. Foi esta Comissão que teve o trabalho de rever todo o esquema e introduzir-lhe as emendas e propostas dos Padres.

De 29 de Outubro a 13 de Novembro (1962) foi discutido o esquema em 15 congregações gerais. Os Padres dedicaram-lhe cerca de 30 horas. Houve 120 intervenções verbais e muitas outras por escrito.

Na 19.^a congregação, em 14 de Novembro, pediu-se um voto de aprovação na generalidade. Resultado: 2 162 a favor, 46 contra e 7 boletins nulos.

Foi uma surpresa este resultado, pois nas intervenções tinha havido críticas duras, algumas das quais chegavam até a apontar numerosos erros teológicos no esquema.

Com este resultado, vinha ao de cima que não tinha sido em vão o trabalho dos pioneiros, os progressos dos pontificados anteriores, nomeadamente de Pio XII e de João XXIII.

Esta 1.^a sessão terminou em 8 de Dezembro de 1962. A 2.^a foi anunciada para 1963.

Entretanto a 4 de Junho (1963) falecia João XXIII. Sucedeu-lhe Paulo VI, que imediatamente ordenou a continuação do Concílio.

A 2.^a sessão começou em 29 de Setembro de 1963.

Na congregação geral de 22 de Novembro, 60.^o aniversário do «motu próprio» de S. Pio X «Tra le sollecitudini», fez-se a votação do texto definitivo ou quase. Votaram a favor 2 158, contra 19 e 1 nulo.

No dia 4 de Dezembro de 1563 encerrou-se o Concílio de Trento, que tanta importância teve para a Igreja, nomeadamente para a vida litúrgica. Basta dizer que o Breviário de 1568, o Missal de 1570 e o Pontifical de 1588 foram lei até esta Constituição.

Em 4 de Dezembro de 1963, exactamente 4 séculos depois do encerramento do Concílio de Trento, o II Concílio do Vaticano encerrava a 2.^a sessão com a promulgação da «Sacrosanctum Concilium», que punha fim ao período tridentino.

Na altura própria, Mons. Felici, secretário geral do Concílio, leu o texto definitivo.

Seguiu-se a votação: 2 147 votos a favor e 4 contra. Então Paulo VI deu a sua aprovação e fez a promulgação. Iria entrar em vigor em 16 de Fevereiro do ano seguinte: 1964.

Surgiu assim este documento que seria o princípio e o fundamento duma era nova na Igreja no que respeita à Liturgia. Ali estava a fonte donde iriam nascer todas as reformas litúrgicas posteriores, principalmente nos 10 anos seguintes, levadas a cabo por esse gigante que foi Paulo VI, que deu à Igreja os instrumentos para uma renovação completa.

O Concílio só terminaria em 8 de Dezembro de 1965.

A CONSTITUIÇÃO

Tem 7 capítulos:

- 1.^o — Princípios gerais em ordem à reforma e incremento da Liturgia.
- 2.^o — O mistério eucarístico.
- 3.^o — Outros sacramentos e sacramentais.
- 4.^o — Ofício divino.
- 5.^o — Ano litúrgico.
- 6.^o — Música sacra.
- 7.^o — Arte e alfaias litúrgicas.

O capítulo 1.^o — Princípios gerais — está dividido em 5 partes:

- I — Natureza da Sagrada Liturgia e sua importância na vida da Igreja;
- II — Educação litúrgica e participação activa;
- III — Reforma da Sagrada Liturgia;
- IV — A vida litúrgica na diocese e na paróquia;
- V — Incremento da acção pastoral litúrgica.

Por sua vez, a 3.^a parte do capítulo 1.^o — reforma da Sagrada Liturgia —, ainda tem 4 alíneas:

- A — Normas gerais;
- B — Normas que derivam da natureza hierárquica e comunitária da Liturgia;
- C — Normas que derivam da natureza didáctica e pastoral da Liturgia;
- D — Normas para uma adaptação à índole e tradição dos povos.

ALGUNS PONTOS

Que nos trouxe de novo esta Constituição?

Pessoalmente creio que foi uma viragem completa para o comum dos cristãos. Só o Espírito Santo, numa efusão abundante, conseguiu que os homens da Igreja produzissem documento tão admirável.

Não podendo fazer uma análise completa, vou limitar-me a algumas particularidades:

1) *A presença de Cristo na Liturgia e a própria noção de Liturgia*: «Cristo está sempre presente na Igreja, especialmente na acção litúrgica. Está presente no Sacrifício da Missa, tanto na pessoa do ministro, como e sobretudo sob as espécies eucarísticas. Está presente com o seu dinamismo nos sacramentos... Está presente na sua palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta» (n.^o 7).

E ainda: «Com razão se considera a Liturgia como exercício da função sacerdotal de Cristo. Ela simboliza através de sinais sensíveis e realiza em modo próprio de cada um deles a santificação dos homens; nela o Corpo Místico de Jesus Cristo — Cabeça e Membros — presta a Deus o culto público integral» (n.^o 7).

Por isso, «a Liturgia é simultaneamente meta para a qual se enca-minha a acção da Igreja e fonte de onde promana toda a sua força» (n.º 10).

2) *A participação na acção litúrgica*

Esta participação «plena, consciente e activa», exigida pela natu-reza da Liturgia, é, por força do Baptismo, um direito e um dever do povo cristão» (n.º 14).

«Deve dar-se a maior atenção a esta plena e activa participação dos fiéis», e «os pastores de almas devem procurá-la com o máximo em-penho, através da devida educação» (n.º 14).

É este «um dos mais importantes múnus do dispensador fiel dos mistérios de Deus» (n.º 19).

E a propósito da participação na Missa, diz o n.º 48: «É por isso que a Igreja procura que os cristãos não entrem neste mistério de fé como estranhos ou expectadores mudos, mas participem na acção sagrada, cons-ciente, activa e piedosamente, por meio de uma boa compreensão dos ritos e orações.»

Evidentemente esta participação leva cada um a fazer tudo e só o que lhe compete (n.º 28).

Daqui, a formação contínua dos sacerdotes (n.º 14), a formação litúrgica nos Seminários e casas de estudo dos religiosos, nas faculdades de teologia das universidades, feita por professores especializados, além de um ambiente onde se desenvolva a vida litúrgica (n.ºs 43, 44, 45 e 46).

Daqui também as comissões nacionais, diocesanas, etc., com a possí-vel criação de um instituto apropriado (n.ºs 43, 44, 45 e 46).

3) *A Liturgia, nos seus ritos, deixou de ser monolítica.* Daí a adaptação à índole e à tradição dos povos.

«Não é desejo da Igreja impor, nem mesmo na Liturgia, a não ser quando está em causa a fé e o bem de toda a comunidade, uma forma única e rígida, mas respeitar e procurar desenvolver as qualidades e dotes de espírito das várias raças e povos» (n.º 37).

4) *O valor dado à Palavra de Deus em toda a celebração litúrgica,* «para se ver claramente que na Liturgia o rito e a palavra estão intima-mente ligados» (n.º 35) foi uma das maiores restaurações litúrgicas. Le-mos no n.º 51. «Prepare-se com a maior abundância a mesa da Palavra de Deus; abram-se largamente os tesouros da Bíblia, de modo que, dentro de certo número de anos, sejam lidas ao povo as partes mais importantes da Sagrada Escritura.» Tanto na Missa como nos outros sacramentos.

5) *A restauração da oração universal*, «especialmente nos domingos e festas de preceito» (n.º 53).

6) *O uso da língua vernácula*. Foi assunto que levantou muita celeuma mesmo no próprio Concílio, mas que veio definitivamente.

7) *A concelebração* que «manifesta bem a unidade do sacerdócio» (n.º 57). E lembrar-nos que, no dia em que a Constituição foi promulgada, a Missa foi celebrada pelo Cardeal Tisserant, à qual já responderam os Padres, mas ainda não concelebraram.

8) *As normas para a revisão dos ritos dos sacramentos* deram já como fruto os diversos rituais. Pena é que o seu verdadeiro espírito ainda não tenha chegado a muitos daqueles que os celebram, a começar pelos ministros. As chamadas introduções, mandadas fazer pela Constituição, são absolutamente indispensáveis para se compreenderem os ritos.

9) *O Ofício divino* recebeu um sentido completamente novo, embora de regresso ao antigo. Basta esta simpels frase do n.º 84: «O Ofício divino, segundo a antiga tradição cristã, destina-se a consagrar, pelo louvor a Deus, o curso diurno e nocturno do tempo.»

10) *Quanto ao ano litúrgico*, já se avançou muito a partir da Constituição. Mas, ainda temos que fazer mais descobertas. É o que estamos a fazer com o tempo pascal.

11) *As normas quanto à música sacra* têm sido divulgadas nestes Encontros por pessoas competentes. Por isso passo adiante.

12) *Quanto ao último capítulo, sobre arte sacra e alfaías litúrgicas*, cito o n.º 124: «Ao promoverem uma autêntica arte sacra, prefiram os ordinários, à mera sumptuosidade, uma beleza que seja nobre. Aplique-se isto mesmo às vestes e ornamentos sagrados. Tenham os bispos todo o cuidado em retirar da casa de Deus e de outros lugares sagrados aquelas obras de arte que não se coadunam com a fé e os costumes e com a piedade cristã, ofendem o genuíno sentido religioso, são más na forma ou insuficientes, medíocres e falsas na expressão artística.»

E ainda do n.º 125: «Mantenha-se o uso de expor imagens nas

igrejas à veneração dos fiéis. Sejam, no entanto, em número comedido e na ordem devida, para não causar admiração aos fiéis nem contemporizar com uma devoção menos correcta.»

CONCLUSÃO

Passaram-se 20 anos.

Já se fez muito para pôr em prática esta Constituição. Basta lembrar a obra monumental que foi preparar e publicar os livros litúrgicos. Basta lembrar estes encontros. Mas ainda resta tarefa imensa para realizar.

Penso que o grande mal tem sido, e continua a ser, procurar nela apenas as determinações e normas exteriores. É o que se chama «deitar vinho novo em odres velhos» e «remendo novo em pano velho.»

Talvez tenhamos ainda de a ler muitas vezes, para lhe assimilarmos o espírito e captarmos a vida nova que dela dimana.

P.º MANUEL DA SILVA GASPAR